

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.422 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2001

Plenário aprecia correção da tabela do IR no período de autoconvocação

Outras propostas importantes na pauta do Senado são a criação da taxa de iluminação pública e a regulamentação dos tributos sobre combustíveis.

PÁGINA 3

Restrição à imunidade deve ter decisão final ainda este ano

Discussão da proposta de emenda constitucional deve prosseguir hoje. Acordo de lideranças partidárias prevê a votação ainda esta semana.

PÁGINA 2



Roberto Requião

Requião quer influência do Congresso na política externa

PÁGINA 8



Marina Silva

Marina defende cumprimento obrigatório de metas sociais

PÁGINA 8



Bello Parga

Parga aponta avanços na assistência a deficiente

PÁGINA 4



Saturnino

Saturnino vê possibilidade de golpe na Venezuela

PÁGINA 5

Senado aprova reajuste de 3,5% para servidores

Projeto do Executivo, que vai agora à sanção presidencial, abrange os vencimentos de todo o funcionalismo público federal dos três Poderes. Iniciativa decorre de decisão do Supremo Tribunal Federal determinando a revisão anual dos salários no mês de janeiro.

PÁGINA 3



Três Poderes da União terão reajuste linear de 3,5% nos salários de seus servidores a partir de janeiro, conforme projeto aprovado pelo Senado

Senadores votaram 46 matérias na semana passada

PÁGINA 3

Plenário vota esta semana proposta que limita a imunidade parlamentar

Também estão sendo discutidas em regime especial de tramitação a emenda que altera a cobrança do ICMS sobre venda de petróleo e derivados e a que autoriza cobrança de taxa de iluminação pública

O Plenário prossegue hoje a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a imunidade parlamentar às palavras, opiniões e votos de deputados e senadores durante o exercício de seus mandatos. Também continua a discussão da proposta que extingue a isenção de ICMS em operações interestaduais de comércio de combustíveis e de energia, e da que autoriza a cobrança da taxa de iluminação pública pelos municípios, com a realização do terceiro dia de discussão dessas

matérias em primeiro turno. Pelo regime especial de tramitação definido por requerimento aprovado na última quarta-feira, as propostas poderão ser votadas em segundo turno esta semana.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou que a PEC que restringe a imunidade parlamentar é de iniciativa do Senado, que se dispõe a modernizar a lei e adequar o texto constitucional ao que a sociedade demanda dos parlamentares.

Já o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) elogiou os esforços do

presidente do Senado, Ramez Tebet, para que a matéria seja votada ainda este ano.

— A proteção da imunidade parlamentar estava distorcida. Agora, o membro do Parlamento passa a ser um cidadão igual a todos os brasileiros e será olhado de maneira diferente pela sociedade. A imunidade deve se restringir a proteger o direito do parlamentar de falar o que acha mais cor-



Carlos Patrocínio elogiou o esforço do presidente do Senado para apressar a votação da matéria

reto e votar da maneira que considera mais justa — disse Patrocínio.

Ramez Tebet diz que inclusão das emendas foi decidida pelo Plenário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou em entrevista à imprensa, na sexta-feira, não acreditar que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) encaminhe mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a votação de propostas de emenda constitucional durante o período de autoconvocação do Congresso, já que o assunto foi definido por acordo de lideranças e referendado pelo Plenário do Senado.

— Eu acredito que o senador Jefferson Péres emitiu opinião dele, mas uma vez que o Plenário, por votação esmagadora, so-

beraneamente decidiu sobre a matéria, o senador Jefferson Péres, com isso, vai se conformar. Ele já deu a opinião dele. Eu conheço o senador Jefferson Péres, o seu zelo e a sua dedicação. E, afinal de contas, nós vamos votar e estamos votando é matérias de interesse da nação, matérias importantes — afirmou o presidente do Senado.

Tebet comentou declarações de Jefferson, que anunciou que iria questionar a inclusão de três PECs na pauta da autoconvocação, em função de as mesmas não terem seguido o trâmite regular definido pelo Regimento Interno.



Tebet disse que propostas de emenda constitucional incluídas na pauta são de interesse do país



Jefferson Péres argumenta que tramitação especial das PECs pode gerar precedente perigoso

Jefferson anuncia ida ao Supremo para barrar tramitação de PECs

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou que pretende entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a votação de três propostas de emenda à Constituição (PECs) no período de autoconvocação do Senado, que vai até 21 de dezembro. Requerimento aprovado na quarta-feira pelos senadores permitiu a elaboração de um calendário especial de tramitação para as PECs, que pelo regimento têm um rito próprio, devendo ser votadas em dois turnos, separados por cinco dias úteis.

O senador disse ser favorável às três propostas, mas que é inadmissível que os líderes partidários con-

cordem em violar o Regimento Interno para acelerar a votação. Ele teme que a decisão crie um precedente perigoso. As PECs são a que restringe a imunidade parlamentar, a que permite aos municípios a cobrança de taxa de iluminação pública e a que altera regras do ICMS sobre petróleo.

— Nem nos períodos mais autoritários do Senado isso foi feito, porque tramitação de emenda constitucional tem um rito que deve ser rigorosamente obedecido para evitar que uma coisa tão importante, como é modificar a Carta Magna, possa ser feita da noite para o dia, por um acordo de lideranças — afirmou.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: votação, em segundo turno, da PEC que prevê isenção do ICMS; votação, em primeiro turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que dispõe sobre imunidade parlamentar; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre iluminação pública; PLC que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para recebimento de recursos públicos.

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: substitutivo da Câmara ao PLS que dispõe sobre a atualização monetária do Imposto de Renda das pessoas físicas; PLC referente à filiação de ministro ou membro de confissão, congregação ou ordem religiosas ao INSS; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que dispõe sobre imunidade parlamentar; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre iluminação pública; PLC que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para recebimento de recursos públicos; e PLC que organiza a Justiça Militar da União.

18h30 — *Sessão deliberativa extraordinária*
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe sobre imunidade parlamentar; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC sobre iluminação pública.

Quarta-feira

10h — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe sobre imunidade parlamentar; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC sobre iluminação pública.

14h30 — *Sessão deliberativa extraordinária*
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe sobre imunidade parlamentar; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC sobre iluminação pública.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado reajuste de 3,5% para servidor público

Plenário acolhe também projeto de lei da Câmara dos Deputados instituindo o Dia Nacional do Livro Infantil. A comemoração será em 18 de abril, data em que nasceu, em 1882, o escritor Monteiro Lobato

Correção da tabela do IR está na pauta da autoconvocação

O período de autoconvocação do Senado, que vai de hoje a sexta-feira, permitirá a votação de três propostas de emenda constitucional (PECs) e três projetos de lei, entre eles o que corrige em 17,5% as tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física. Aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, o projeto, de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), foi modificado e por isso volta ao Senado. Se aprovado, poderá valer já no exercício de 2002.

De acordo com o texto aprovado pela Câmara, estarão isentos do pagamento de imposto de renda os contribuintes que ganharem até R\$ 1.057,50 por mês – atualmente a isenção se restringe a quem ganha até R\$ 900. O índice de 17,5% corrigirá as demais faixas de recolhimento e as tabelas de dedução.

A convocação também servirá para a votação das propostas de emenda constitucional que tratam



Projeto de Hartung sobre Imposto de Renda foi modificado na Câmara e volta ao exame do Senado

da imunidade parlamentar, da permissão para que os municípios cobrem taxa de iluminação e do ICMS sobre a venda de petróleo e derivados. Acordo de líderes permitiu a elaboração de calendário especial de tramitação para as propostas, dispensando o prazo regimental entre os dois turnos de votação. Isso permitirá a promulgação das PECs ainda este ano.

O Plenário do Senado aprovou na sexta-feira projeto de lei do Executivo que concede reajuste linear de 3,5% aos salários dos servidores públicos federais dos três Poderes da União. A proposta foi encaminhada pelo governo ao Congresso após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que todo ano, em janeiro, os salários sejam revistos. A matéria vai à sanção presidencial.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), registrou que o reajuste de 3,5% não é o único que os servidores terão em 2002, pois professores universitários, previdenciários e servidores da educação foram beneficiados com a revisão de suas gratificações. Segundo Jucá, o governo vem se empenhando no cumprimento da Constituição e, ainda este ano, mais dois projetos que estabelecem novas gratificações serão votados pelo Senado.

Os senadores também aprovaram, na mesma sessão, projeto de lei da Câmara que institui o Dia Nacional do Livro Infantil, a ser comemorado em 18 de abril. A data foi escolhida em homenagem ao escritor Mon-



Reajuste linear de 3,5% nos salários dos servidores públicos federais foi aprovado pelo Plenário do Senado e vai à sanção presidencial

teiro Lobato, nascido nesse dia em 1882. O projeto vai à sanção do presidente da República.

– Esperamos que a data, além de homenagear o criador da boneca Emília, de Dona Benta e de Tia Nastácia, sirva para valorizar a cultura e incentivar a prática da leitura e a produção literária – afirmou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da matéria na Comissão de

Educação, apoiado pelos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Três projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações outorgando autorizações e concessões para radiodifusão nas cidades de Matrinchã (GO), Bom Jardim de Minas (MG) e São Sebastião do Paraíso (MG) também foram votados na sexta-feira.

BALANÇO

Plenário do Senado votou 46 matérias na semana

O Plenário do Senado votou na semana passada 46 matérias, entre propostas de emenda à Constituição (PECs), projetos de lei, autorizações para funcionamento de emissoras de rádio e de televisão, solicitação de empréstimos pela União, estados e municípios e indicações de embaixadores e autoridades para cargos públicos.

Os senadores aprovaram PEC que cria a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), tributo que incidirá sobre petróleo e derivados. Também foi aprovada a proposta que torna permanentes os Fundos de Desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, instituídos por medida provisória e com duração prevista de um ano.

As outras duas PECs aprovadas foram a que torna o Pantanal Sul-Mato-Grossense Patrimônio Nacional e a que permite a acumulação de dois cargos públicos por qualquer trabalhador no setor de saúde,

prerrogativa hoje restrita aos médicos.

Entre os projetos de lei aprovados destacam-se o que concede aumento de 3,5% para o funcionalismo público federal e o que regulamenta a aposentadoria da mulher policial. Além disso, serão instituídos, por intermédio de projetos de lei iniciados na Câmara, o Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade, em 2002, e o Dia Nacional do Livro Infantil.

Além de acolher as indicações feitas pelo presidente da República para as embaixadas brasileiras na Namíbia, Vietnã, Barbados e Grécia, o Plenário aprovou os indicados para diretorias da Agência Nacional do Petróleo, do Banco Central e da Agência Nacional de Cinema, incluindo o presidente Gustavo Dahl. Foram autorizadas ainda contratações de empréstimo pelos governos do Piauí, Tocantins e Sergipe, pela União e pelo município de São Paulo.

Limite à imunidade parlamentar passa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

As comissões do Senado votaram na semana passada mais de 20 projetos, com destaque para a emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar. A proposta, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, estabelece que deputados e senadores que cometerem crimes comuns poderão ser processados pelo Supremo Tribunal Federal. Os parlamentares continuarão com imunidade em relação aos chamados crimes de opinião.

A proposta foi saudada como das mais importantes em discussão neste final de ano. A matéria tem entre seus autores os senadores Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS) e foi aprovada pelo Senado em 1998. Tramitou por cerca de três anos na Câmara, tendo sido aprovada recentemente com modificações que obrigaram o retorno ao Senado.

Na terça-feira, a Comissão de Educação aprovou projeto que prevê o



Ronaldo Cunha Lima é autor de uma das propostas originais sobre imunidade parlamentar

ingresso de crianças de seis anos no ensino fundamental, aspecto em que a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não são claras. O texto aprovado é um substitutivo do senador Paulo Hartung (PSB-ES) a projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que estende às mães adotantes a licença-maternidade de 120 dias hoje concedida às mulheres que têm filhos. A licença

de 120 dias valerá quando a criança adotada tiver até 1 ano de idade, caindo para 60 dias se a idade da criança ficar entre 1 e 4 anos. A relatora da proposta foi a senadora Marina Silva (PT-AC).

Já a Comissão Mista de Orçamento destacou-se pelos debates em torno do projeto orçamentário de 2002 e a fixação do valor do novo salário mínimo. Depois de longas reuniões na comissão e entre lideranças partidárias, ficou acertado que o mínimo subirá para R\$ 200 em abril próximo.

Também na semana passada, a comissão especial criada para acompanhar o trabalho de revitalização do Rio São Francisco aprovou o relatório preliminar do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). Ele aponta, entre outros aspectos, o conflito de competências no assunto, pois o São Francisco é um rio federal, enquanto seus afluentes são estaduais.

Parga aplaude avanço na inclusão social de deficientes

Na opinião do senador, o governo Fernando Henrique vem cumprindo uma promessa de campanha nesse sentido. Ele destaca iniciativas como a presença da Educação Especial em todas as políticas e programas do Ministério da Educação



Bello Parga quer discussão permanente de medidas para melhorar condições de deficientes

Lembrando os avanços legais em relação à assistência aos deficientes físicos no Brasil, o senador Bello Parga (PFL-MA) comentou os progressos que têm sido alcançados no que diz respeito à inserção dessas pessoas na sociedade.

— Numa época em que se tornaram recorrentes temas como cidadania, direitos dos cidadãos e direitos humanos, os quais considero da maior im-

portância, devemos discutir continuamente as medidas necessárias à melhora das condições dessas pessoas — afirmou.

Parga elogiou o trabalho do governo Fernando Henrique para incluir os portadores de deficiência por meio da educação. Segundo ele, trata-se de promessa de campanha do primeiro mandato e, nos últimos sete anos, o governo realizou eventos com ênfase na educação inclusiva, tais como teleconferências transmitidas para todas as escolas do país; publicação de diretrizes e orientações sobre o tra-

balho pedagógico e gestão escolar, além da edição de vídeos de sensibilização e capacitação.

O senador assinalou ainda a inclusão da Educação Especial em todas as políticas e programas do Ministério da Educação e a disponibilização de órteses e próteses a alunos com deficiência. Na área de deficiência visual, continuou, foi criado, em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP). Foi também instituída a Comissão Brasileira do

Braille, que está realizando a unificação das grafias em todo o Brasil e articulando a compatibilização dessas grafias no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em relação à deficiência auditiva, Parga salientou a formação de uma “Cruzada Libras”, com o objetivo de formar multiplicadores surdos e capacitar professores das escolas públicas brasileiras para que a língua brasileira de sinais seja definitivamente reconhecida e integrada ao processo educativo dos alunos surdos em todo o país.

Lobão apresenta projeto para facilitar recebimento de benefícios da Previdência

A partir de janeiro de 2003, os segurados da Previdência Social não terão que se deslocar mais de 15 quilômetros para receber o benefício social a que têm direito. Isso é o que pretende o senador Edison Lobão (PFL-MA) em projeto que está apresentando, conforme informou ao Plenário na sexta-feira.

Lobão explicou que sua intenção é garantir aos beneficiários, muitos deles pessoas modestas que têm direito a apenas um salário mínimo, já com idade avançada e moradores de locais isolados, o direito de acesso ao local de recebimento dos benefícios sem com isso se desgastarem excessivamente. O senador disse que um dos motivos que o levaram a encaminhar a proposta é o fato de haver



Edison Lobão informou ter recebido reclamações de aposentados e pensionistas

recebido, ultimamente, diversos telefonemas e cartas de aposentados e pensionistas, em sua maioria do Funrural, reclamando que não conseguem receber seus pagamentos nas agências do Banco do

Brasil responsáveis por essa operação.

“A situação torna-se mais grave porque o dispositivo da lei que se pretende alterar dá ampla liberdade à Previdência para definir quem serão os agentes pagadores”, observa Lobão na justificativa do projeto. Por essa razão, a proposta define que o segurado terá o direito de escolher, entre os agentes pagadores contratados pela Previdência, aquele pelo qual deseja receber seu benefício, bem como a agência ou local do pagamento.

O projeto ainda estabelece que, em 1º de janeiro de 2004, essa distância máxima do local de pagamento do benefício será de 10 quilômetros e, em 1º de janeiro de 2005, de cinco quilômetros.

Eduardo quer evitar rescisão de contrato imposta por seguradora

A rescisão unilateral dos contratos de seguros, imposta pelas sociedades seguradoras aos segurados inadimplentes, levou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) a anunciar que pretende apresentar, em breve, projeto de lei vedando a inclusão desse tipo de cláusula nos contratos.

— Trata-se de cláusula draconiana e leonina, que permite que a empresa, unilateralmente, até sem dar conhecimento ao segurado, anule o contrato de seguro — explicou.

Eduardo lembrou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já

firmou jurisprudência sobre o assunto, inclusive com várias decisões que consideravam nula a cláusula, pois coloca o beneficiário em situação nitidamente inferior à da seguradora.

Conforme o senador, na mais recente decisão do STJ foi determinado a uma empresa que cancelara contrato sem avisar o cliente em atraso que o pagamento do benefício total fosse efetivado pela seguradora, descontando-se a quantia referente a duas parcelas não pagas.

— Por isso é da maior importância que a decisão do STJ, que



Eduardo Siqueira Campos pretende transformar decisão do STJ em projeto de lei

firmou jurisprudência, seja transplantada para a legislação ordinária, a fim de ser obrigatoriamente observada em todos os contratos de seguros — concluiu Eduardo Siqueira Campos.

Mauro Miranda registra expansão da Brasil Telecom

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou os investimentos que a Brasil Telecom está fazendo para a criação do serviço Cyber Data Center (CyDC), um sistema de armazenamento de dados para pessoas jurídicas.

Orçado em R\$ 100 milhões, o CyDC disporá de unidades de pequeno porte espalhadas por todo o Brasil, constituindo uma das maiores estruturas operacionais do país.



Mauro Miranda: pesquisas indicam mercado potencial de 370 mil clientes

O senador salienta que com o serviço os clientes poderão ter uma economia de até 70% nos custos, já que as empresas deixarão de ser obrigadas a manter estrutura própria, passando a usufruir da tecnologia da Brasil Telecom. Citando matéria publicada na *Gazeta Mercantil*, Mauro salientou que pesquisas comprovam a existência de um mercado potencial de 370 mil clientes para esse serviço.

Carlos Patrocínio destaca trabalho do Sine no Tocantins

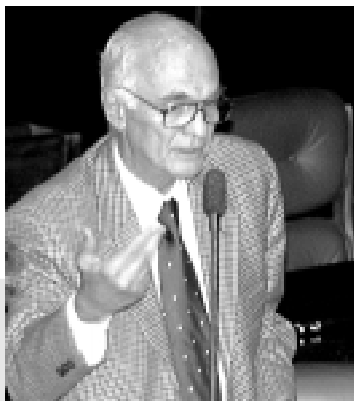
Ao comentar as dificuldades que o desemprego causa à nação, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou a importância do trabalho desenvolvido pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) no estado do Tocantins. Para ele, esse trabalho é essencial na intermediação de mão-de-obra de trabalhadores e qualificação profissional.

Carlos Patrocínio disse que, para este ano, a expectativa do Sine é colocar no mercado aproximadamente 16 mil trabalhadores. Caso isso se concretize, afirmou, esse número representará um aumento de 19% na quantidade de pessoas empregadas por meio do órgão em relação a 2000. Ainda assim, acrescentou, ficará abaixo das vagas captadas junto às empresas, que, segundo projeções, deverão

ser de cerca de 20 mil.

O senador salientou que as atividades do Sine não se limitam à qualificação profissional e à intermediação de mão-de-obra. Ele citou levantamento divulgado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, segundo o qual cerca de 200 mil trabalhadores foram beneficiados com os serviços prestados pelo Sine em outras áreas, como requerimentos do seguro desemprego, emissão de carteira de trabalho, orientações sobre legislação trabalhista e segurança no trabalho.

Para a realização dos cursos, informou, o Sine contrata, anualmente, as entidades componentes do sistema S — os serviços nacionais de aprendizagem industrial, comercial, rural e do transporte.



Saturnino estranha contraste entre indicadores positivos e protesto de empresários

Saturnino teme golpe contra Hugo Chávez

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou sua preocupação diante da possibilidade de haver “um movimento nacional e internacional orquestrado contra o governo do presidente Hugo Chávez, da Venezuela, como ocorreu com Salvador Allende do Chile, em 1971”.

Segundo Saturnino, o recente *lockout* de empresários e trabalhadores contra decisões de seu governo, como a reforma agrária e o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, surpreende, porque as iniciativas parecem justas.

Saturnino afirmou estar surpreso, também, com artigo da *Folha de S. Paulo* relatando que os indicadores macroeconômicos do país melhoraram muito durante os três anos do governo Chávez — inflação e taxas de juros mais baixas, reservas internacionais e crescimento econômico em alta.

Para Saturnino, o contraste entre esses indicadores e o noticiário negativo que se vê em quase toda a imprensa acende o sinal de alerta sobre a possibilidade de golpe.

Jucá pede a criação das carreiras de técnico e de auditor federal de saúde

Senador considera “paradoxal” o fato de 800 profissionais, que fiscalizam a aplicação de recursos de R\$ 21 bilhões, não terem sua situação regularizada

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez apelo na sexta-feira para que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, regularize a criação das carreiras de auditor federal de saúde e de técnico de auditoria federal de saúde. Ele considerou “paradoxal” o fato de esses 800 profissionais, que fiscalizam a aplicação de recursos da ordem de R\$ 21 bilhões no setor de saúde no país, até agora não terem sua carreira regularizada:

— Assim, a Medida Provisória nº 2.136, reeditada dezenas de vezes, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções no âmbito da Administração Fede-

ral, efetuiu a criação de carreiras tais como as de Auditoria Fiscal da Previdência Social, Auditoria Fiscal do Trabalho, Fiscal Federal Agropecuário, mas não contemplou a criação das carreiras de auditor federal de saúde e de técnico de auditoria federal de saúde — disse ele.

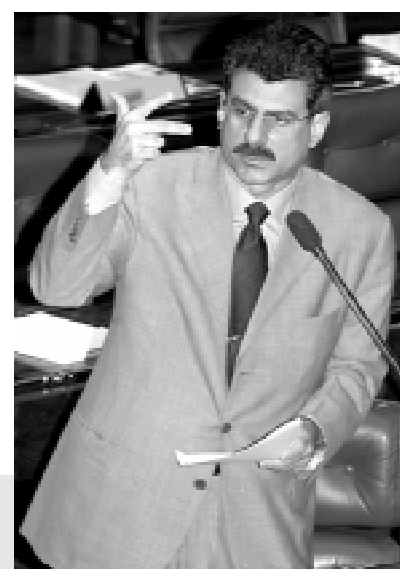
IMPACTO

No que se refere aos custos para a regularização profissional daqueles auditores, Jucá disse que o Ministério da Saúde detém um dos mais vultosos orçamentos da União, da ordem de R\$27,5 bilhões. Segundo ele, o impacto financeiro da criação das carreiras de auditor fiscal federal de saúde e de técnicos de auditoria federal de saúde seria de apenas

R\$23,7 milhões. Jucá afirmou ser esse um valor ínfimo, se confrontado com o benefício que a atividade de auditor propicia.

O senador apontou uma contradição pelo fato de existir a confirmação formal e legal das atividades de auditoria e, ao mesmo tempo, uma relutância em se reconhecer uma categoria — a dos auditores de saúde — que já exerce essas atividades desde 1976, antes mesmo da criação do sistema pela Lei nº 8.698/93.

Jucá disse não haver justificativa para a manutenção dessa situação “insólita”, uma vez que não resta qualquer dúvida sobre a importância da figura do auditor junto ao Sistema Nacional de Saúde.



Romero Jucá: custo da regularização é mínimo se comparado com benefícios

Alcântara destaca importância de pesquisa sobre saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou o lançamento do livro *Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento*, resultado de pesquisa implementada pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), pelo escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O objetivo da pesquisa, conforme explicou o senador, é desenvolver metodologia adequada para monitorar as desigualdades em saúde no país, avaliar a evolu-



Lúcio Alcântara observa que estudo visa monitorar desigualdades em saúde

ção dessas desigualdades nos primeiros dez anos do processo de construção do Sistema Único de

Saúde (SUS) e estimular a realização de estudos similares nas esferas estaduais e municipais.

Alcântara informou que a pesquisa foi feita de acordo com parâmetros de análise preestabelecidos, como Saúde e Condições de Vida, Acesso e Utilização dos Serviços, Qualidade da Atenção e Situação de Saúde.

Em relação ao parâmetro Acesso e Utilização dos Serviços, segundo o senador, a pesquisa revelou redução nas desigualdades de acesso a serviços de saúde após a implantação do SUS.

Alcântara informou que no

parâmetro Saúde e Condições de Vida, indicadores como escolaridade e renda tiveram, de modo geral, evolução favorável na última década, embora continuem ruins em todo o país, especialmente em estados como o Maranhão, Piauí e Alagoas.

Entre outras conclusões da pesquisa, o senador ressaltou que, para atingir a média nacional na cobertura pré-natal, a Região Norte precisaria reduzir a taxa de pobreza — proporção de pessoas com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo — em 21,4%, e a Região Nordeste, em 83,8%.

Sérgio Machado quer incentivo à agropecuária no Ceará

É necessária e urgente a implantação de política para soerguimento da agropecuária no interior do Ceará, segundo afirmou o senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Ele defendeu também uma política de incentivos fiscais para atrair indústrias.

Essa política, acredita, deve ser pautada em compromissos amplos, além da simples criação de postos de trabalho. Para Sérgio Machado, as iniciativas poderiam ajudar a solucionar dois problemas graves do estado: economia sem produção e economia produtiva, mas sem

distribuição de renda.

Sérgio Machado observou que, quando era menino em Crateús, nas ruas vendia-se algodão, arroz, milho, feijão, farinha, banana, couro, alpargatas, tudo de produção local. Hoje, informou, vê em suas viagens ao interior do estado que pouco do que se comercializa na zona rural cearense é produzido no local.

Na análise do senador, os 42% da população que vivem na zona rural sobrevivem da aposentadoria, que sustenta 85 de cada 100 dessas pessoas. Cada aposentado, segundo o IBGE, sustenta 3,5 pessoas.

Para solucionar o problema, o senador sugeriu o uso de conhecimento acadêmico — que o Brasil domina, mas fica empoeirado nas prateleiras das universidades —, oferecendo ao homem do campo a oportunidade de trabalhar e viver com dignidade, sem ter que ir sofrer nas periferias das grandes cidades.

Outro problema diagnosticado pelo senador é a economia com renda, mas sem distribuição. Para Machado, o maior exemplo é Maracanaú, distrito industrial localizado na região metropolitana de Fortaleza.

O município representa mais de 14% da economia do estado mas abriga 2,35% da população. Era de se esperar que Maracanaú tivesse elevados indicadores sociais, afirmou, mas o local é assolado pela violência urbana.

— Uma coisa é o que se produz num lugar. Outra, bem diferente, é o que fica nesse lugar — disse.

Machado defendeu que empresas de fora que optarem por instalar-se no Ceará devem prestigiar o mercado local, para estabelecerem uma cadeia animadora do desenvolvimento regional. Para o senador, a aspiração



Sérgio Machado defende também incentivos fiscais para atrair indústrias

de construir sociedade mais justa e igualitária não permite a convivência com nenhum desses modelos econômicos equivocados.

Roberto Freire homenageia o artista plástico Cícero Dias

Senador disse que pintor pernambucano, embora residindo há muitos anos em Paris, tem grande preocupação em preservar cultura brasileira

O senador Roberto Freire (PPS-PE) homenageou o artista plástico pernambucano Cícero Dias, apontando-o como o "retrato bem-sucedido do talento brasileiro". Ele lembrou que algumas gravuras do artista foram expostas no Senado na semana passada.

Freire afirmou que o artista, embora resida em Paris há décadas, tem grande preocupação com a preservação da cultura brasileira e pernambucana, ao retratar em suas telas a "civilização do açúcar, seus coqueirais, personagens, calungas e cordéis".

O parlamentar relatou a trajetória do artista, desde a sua pri-



Freire apontou o pintor Cícero Dias como "retrato bem-sucedido do talento brasileiro"

meira mostra, realizada no Rio de Janeiro, em 1928. Roberto Freire citou a polêmica criada entre estudiosos de arte quando Cícero apresentou, em 1931, o painel *Eu vi o mundo... ele começava no*

Recife, de 15 metros de largura por 2,5 de altura.

Conforme Roberto Freire, a obra de Cícero Dias, recheada de mitos e fábulas, foi, ao longo de sua carreira, classificada pelos críticos como surrealista, "arte fantástica" e "realismo mágico".

— Em todas as tentativas, válidas e legítimas, de compreender e interpretar a obra de Cícero Dias, o que fica sempre visível é o prestígio e a especial deferência pela originalidade e fecundidade de sua obra — afirmou.

O senador disse ainda que Cícero Dias, embora "tímido", também faz poesias e escreve romances. Entre os admiradores do artista, Roberto Freire citou José Lins do Rego, Ariano Suassuna e Gilberto Freyre.

Ronaldo lembra 100 anos do livro "Os Sertões"

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) destacou os 100 anos de publicação do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Essa obra, afirmou, trouxe para o autor glória instantânea, que o fez ingressar aos 37 anos na Academia Brasileira de Letras — uma consagração inédita na história literária do país. De acordo com o parlamentar, a história da Guerra de Canudos, ocorrida na Bahia e retratada no livro, desperta a nação para o pensamento crítico ao Estado.

Na avaliação do senador, *Os Sertões* é mais que uma obra de referência, é um escudo intelectual. Ele lembrou que o livro foi escrito quando o Brasil tinha aproximadamente 18 milhões de habitantes, a maioria analfabetos.

A seu ver, a obra é a reserva moral e intelectual do país:

— *Os Sertões* é a prova da capacidade crítica de pensar o Brasil. Não é um clássico apenas porque tornou-se *best-seller* tão logo foi publicado. É importante lembrar que, no Brasil de 1902, poucos eram os leitores com formação acadêmica capaz de entender Euclides da Cunha. No entanto, oito dias após lançado, já tinha vendido cerca de 500 exemplares, metade do que foi comercializado na primeira edição — disse.

Euclides da Cunha nasceu em Cantagalo (RJ), foi aluno da Escola Militar, entre 1886 e 1888, for-



Livro é de autoria de Euclides da Cunha

mou-se engenheiro militar em 1891 e, quatro anos depois, mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como jornalista para *O Estado de S. Paulo*, disse o senador. Graças ao seu interesse por Canudos, foi mandado como correspondente de guerra para o local da batalha, em 1897.

Ronaldo Cunha Lima disse que a Geração Editora está lançando edição comemorativa do centenário de *Os Sertões*. Essa edição, acrescentou, além da riqueza crítica, vem com um poema do jornalista e poeta José Nêumanne Pinto, intitulado *O Aboio do Semi-Árido*.

reitos das mulheres.

Em sua exposição, a senadora abordou o processo de empobrecimento da população feminina e o crescimento

da exploração e da marginalização de milhões de mulheres ao redor do mundo. A parlamentar lamentou o aumento do tráfico de mulheres, assim como a vulgarização do sexo e do corpo feminino.



Encontro teve participação de Emília Fernandes

Emília elogia reunião de Mulheres Parlamentares

A senadora Emília Fernandes (PT-RS) saudou a reunião da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, que congrega as integrantes de assembleias legislativas, parlamentos e organizações interparlamentares das Américas. O encontro ocorreu durante a realização da Conferência Parlamentar das Américas (Copa), entre os dias 18 e 21 de novembro, no Rio de Janeiro.

Para Emília Fernandes, no âmbito dos processos de integração

dos países americanos, a Rede de Mulheres Parlamentares favorece a implementação de uma agenda com temas relativos à condição feminina, aumentando o espaço da mulher nos fóruns de decisão e poder.

A senadora gaúcha divulgou a íntegra da palestra "A contribuição da mulher para o processo democrático", que proferiu durante o encontro. Emília defendeu políticas públicas para combater as desigualdades e proteger os di-

Otávio destaca importância do Prêmio Milton Campos

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) ressaltou a solenidade de entrega, no dia 5 de dezembro, do Prêmio Senador Milton Campos de Monografias. Presidida pelo ex-senador Jarbas Passarinho, a Fundação Milton Campos estimula os universitários a promover um amplo debate sobre ques-



Otávio: fundação debate temas de interesse do país

tões de interesse relevante para o desenvolvimento econômico e social do país.

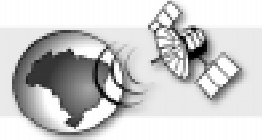
O tema do concurso deste ano foi "A Nova Ordem Mundial, Soberania Nacional e Amazônia". Como nos anos anteriores, doze trabalhos foram selecionados, e os seis melhores receberam prêmios.

A vencedora deste ano foi Liviane Oliveira, da Universidade de

Tiradentes, em Sergipe. Ela recebeu R\$ 7 mil e terá o seu trabalho publicado em um livro. Tanto ela quanto os outros finalistas trabalharam com seriedade na pesquisa e na análise do tema, tendo recebido bolsa de estudo para a elaboração da monografia.

O senador, que esteve presente à entrega dos prêmios, disse que a avaliação dos trabalhos considerou a criatividade e a originalidade das teses concorrentes além da análise objetiva do tema indicado. A Fundação Milton Campos e o Conselho de Reitores escolheram uma comissão integrada por doutores para realizar a seleção, avaliação e premiação dos trabalhos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Cidadania* — O sen. Arlindo Porto e o juiz federal Renato Prates falam sobre a ampliação da Justiça
2h — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — Parte 2
2h30 — *Expresso Brasil* — Alca, informatização do Congresso e Salvador Dali
3h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
3h30 — *Entrevista* — O sen. Pedro Piva fala sobre a Alca
4h — *As Cores do Mundo* — Um passeio pelo mundo
4h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — Parte 2
5h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
5h30 — *Especial* — Luiz Gonzaga
6h — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — Parte 2
6h30 — *Cidadania* — A sen. Marina Silva e o sen. Artur da Tóvala falam sobre a ética na política
7h30 — *Entrevista* — O sen. Geraldo Cândido fala sobre a questão racial no Brasil
8h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 2
8h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — Parte 2
9h — *Expresso Brasil* — Alca, informatização do Congresso e Salvador Dali
9h30 — *Comissão de Educação* — Sabatina de indicados para a Agência Nacional de Cinema (Ancine)
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h — *Expresso Brasil* — Alca, informatização do Congresso e Salvador Dali
12h30 — *Entrevista* — O sen. Nabor Júnior fala sobre a Feira do Pacífico
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Cidadania* — O sen. Mauro Miranda e o deputado Jorge Pinheiro falam sobre a qualidade de vida nas cidades
14h16 — *Senado Informa* (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h45 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 2
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

19h30 *Cidadania* — O sen. Arlindo Porto e o Juiz Federal Renato Prates falam sobre a ampliação da Justiça
20h30 *Entrevista* — O sen. Roberto Requião fala sobre o Mercosul
21h *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 *Sessão Plenária* (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — Entrevistas: Senador Lindberg Cury (PFL/DF) apresenta sua proposta que institui o imposto único no Brasil; o coronel PM Rui César Melo (comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo) comenta o aumento do número de seqüestros em São Paulo, explica como foi realizada a operação militar nacional de defesa ambiental e fala dos 170 anos da PM paulista; André Eduardo da Silva Fernandes, consultor legislativo do Senado Federal faz comentários sobre o que é o *fast track* e o que essa decisão do governo norte-americano pode representar para a Área de Livre Comércio das Américas; e o iatista e secretário nacional de Esporte, Lars Graell, faz uma análise da proposta de criação da Agência Nacional de Esportes.
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
9h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda
Em seguida, música, informação e serviços
13h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda (representação)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda (representação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Vozes do Século 20*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Marluce vê exagero em demarcações indígenas

A Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende transformar a Amazônia Legal em território indígena, denunciou sexta-feira a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), com base em documentação que disse ter sido retirada dos computadores da entidade. Por isso, ela pediu aos senadores que contribuam para a implementação de uma política de valorização da cidadania indígena, através do acesso aos bens e serviços públicos básicos, "que lhes garanta uma existência digna", ao invés de privilegiar as demarcações.

A senadora, que recebeu a solidariedade dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Lúdio Coelho (PSDB-MS), manifestou preocupação pelo fato de hoje já serem 564 as reservas indígenas oficialmente demarcadas, somando aproximadamente 100 milhões de hectares, ou 11,85% do território brasileiro. No entanto, advertiu ela, há um agravante:

— Além dessas, 35 áreas estão em processo de demarcação e outras 62 em estudos para futura demarcação. Dessas 35 áreas, 18 estão sob a custódia do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Ama-



Para Marluce, garantir serviços aos índios é mais importante que demarcar terras

zônia Legal, que é uma espécie de ONG multinacional, financiado pelos sete grandes, o conhecido grupo G-7.

Marluce advertiu para o fato de os dados disponíveis indicarem que essas futuras reservas se localizam exatamente sobre a Região Norte, "num braço estendido sobre a imensa e rica Amazônia Legal". Ela observou que a Funai tem evitado cumprir até mesmo prazos constitucionais, no que se refere a demarcação das terras. Segundo a senadora, o último prazo previsto na Constituição de 1988 expirou em outubro de 1993 sem que a Funai concluísse seus trabalhos.

Fernando Ribeiro lamenta a morte de Peter Blake

O assassinato do navegador neozelandês Peter Blake, ocorrido recentemente no estado do Amapá, poderá trazer reflexos negativos na economia da Amazônia, em virtude da diminuição do turismo ecológico, alertou o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA). Segundo lembrou, a morte do navegador, estampada nos principais jornais de todo o mundo, prejudica a imagem da região.

Fernando Ribeiro, que estreou na tribuna na sexta-feira, entende que o governo federal deve adotar sérias providências no sentido de combater a crescente onda de violência que atinge o país e já chegou a regiões mais longínquas, banhadas por rios e baías fluviais, a exemplo da Amazônia. Ele cobrou, entre outras medidas, a criação de núcleos especiais de polícia marítima na Região Norte, como os existentes nos portos de Santos e do Rio de Janeiro.

O senador lembrou que o navegador Peter Blake, embaixador da Organização das Nações Unidas



Ribeiro disse que imagem da Amazônia fica comprometida com a morte do navegador

(ONU) para questões do meio ambiente, foi brutalmente assassinado pelos chamados "ratos d'água", bandidos que atuam na região. Ele observou que não somente os turistas estão sendo alvo dos piratas, mas a própria população e os empresários que trabalham na região.

Fernando Ribeiro informou que cerca de 18 milhões de toneladas de cargas são transportadas anualmente pelos rios da região amazônica e que elas se tornam alvos fáceis dos bandidos.

Ademir quer retomada da Hidrelétrica de Belo Monte

O senador pediu à Eletrobrás que não desista de construir a usina, que pode beneficiar doze municípios paraenses

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou sexta-feira a decisão da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) de não mais construir a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Para ele, a desistência irá causar grandes transtornos à população de Altamira e dos onze municípios que seriam beneficiados pela barragem.

Ademir afirmou que, desde a década de 80, a construção da hidrelétrica vem causando polêmica. Já naquela época os ambientalistas diziam que a obra provocaria grandes prejuízos à natureza. A Eletronorte, então, informou o senador, pediu à Uni-



Decisões judiciais vêm comprometendo a construção, disse Ademir Andrade

versidade Federal do Pará (UFPA) um relatório de impacto ambiental sobre a obra, mas embargos judiciais que questionavam até esse estudo levaram a empresa a des-

montar a estrutura de engenharia já implantada.

O senador lamentou especialmente que sejam da própria região as pessoas que estão tentando impedir a construção da barragem e observou que a retomada da obra é fundamental para o progresso das localidades envolvidas, pois poderá, inclusive, incrementar a arrecadação de ICMS e de ISS para os cofres públicos.

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) apoiou, em aparte, o discurso de Ademir Andrade, aproveitando para criticar a posição do governo estadual em relação ao assunto.

Nova rodovia ligando Minas à Bahia será concluída em 2002, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comemorou a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de autorizar a retomada das obras da BR-367, no trecho que ligará as cidades do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, às cidades turísticas do sul da Bahia. A notícia foi dada pelo ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, que se reuniu com o presidente na quinta-feira (13) e foi autorizado a utilizar R\$ 6,6 milhões do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) para esse fim.

— Eu estou muito satisfeito com o anúncio, pois a conclusão dessa rodovia é, hoje, a principal reivindicação da população — destacou Francelino, contando que está empenhado em obter recursos para a obra, pois foi em sua gestão como governador de Minas Gerais que a estrada foi iniciada. Ele lamentou que a construção



Francelino fez o anúncio em Plenário e descreveu a importância da BR-367

tenha ficado parada e apontou o desinteresse da maioria dos representantes políticos mineiros e baianos como a principal causa da interrupção das obras.

— A população da região já não confia em ninguém e nós precisamos eliminar essa chaga que é a falta de liderança — frisou o senador.

Quintanilha pede recursos para a Ferrovia Norte-Sul

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) reivindicou sexta-feira mais investimentos para a Ferrovia Norte-Sul, qualificando de urgente a conclusão dessa ferrovia para a dinamização da economia dos estados do Maranhão, Goiás e Tocantins. "Sua construção anda a passos lentos, trazendo angústia aos estados que dela dependem para vencer a distância econômica que os separa dos estados mais desenvolvidos



Quintanilha: ferrovias podem ser alternativa para o transporte de cargas pesadas

do país", disse.

Quintanilha lamentou que o projeto de Orçamento da União para 2002 não contenha a previsão de investimentos maciços para essa ferrovia, que, afirmou, também será importante como elo de integração nacional. Segundo ele, sem atrair investimentos privados, a ferrovia nunca se completará.

O senador pelo Tocantins manifestou a esperança de que a Agência Nacional dos Transportes

Terrestres (ANTT), criada pelo governo federal e em fase de implantação, possa viabilizar essa ferrovia, bem como dar novo impulso a alternativas ao transporte de cargas pesadas a longas distâncias, hoje feito no Brasil com enormes prejuízos para o país.

Leomar Quintanilha disse que as rodovias federais estão em péssimo estado, levando os motoristas a usarem trechos de rodovias estaduais para chegar ao seu destino. As ferrovias poderiam ser utilizadas como alternativa para o transporte de cargas pesadas, inadequadas para a maior parte das estradas brasileiras, ponderou.

Requião quer participação mais ativa do Congresso em acordos comerciais

“Não pode haver política exterior democrática, nacional e participativa sem a intervenção parlamentar no planejamento, execução e controle”, ressalta o senador

Lauro: 70% do Orçamento vão para dívidas

Nada menos do que 70% do Orçamento da União para o ano de 2002, a ser aprovado esta semana pelo Congresso Nacional, será destinado ao pagamento de novos compromissos financeiros e à rolagem do serviço de dívidas, principalmente a externa, alertou o senador Lauro Campos (PDT-DF), que classificou a proposta orçamentária de meramente financeira e especulativa.



Orçamento da União espelha política neoliberal, diz Lauro

Para o senador, o Orçamento da União espelha bem a política neoliberal adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em que a dívida externa tem que ser paga a qualquer custo e preço, mesmo causando sérios prejuízos à nação brasileira. Enquanto, a seu ver, o país desembolsa bilhões de dólares anuais para saldar compromissos externos, milhões de crianças brasileiras continuam a passar fome, a saúde pública entra em colapso e o desemprego atinge percentuais preocupantes.

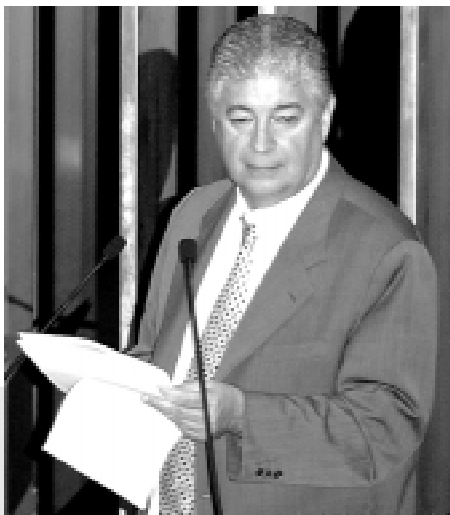
Lauro Campos observou que o pagamento da dívida externa vem inviabilizando não somente o Brasil, mas economias de países em fase de desenvolvimento. Ele notou que dívidas impagáveis, como a brasileira, “estão levando nações ao desespero”. E chegou a citar frase de Tancredo Neves, que, segundo ele, se fosse chefe da nação, “não iria pagar a dívida externa à custa da fome do povo brasileiro”.

O senador pelo Distrito Federal classificou o neoliberalismo de uma doutrina “esquizofrênica” e que, a seu ver, vem sufocando cada vez mais a Humanidade.

Em discurso no Plenário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou recentemente determinando que os acordos e tratados sobre comércio internacional só poderão ser assinados pelo Executivo depois de aprovada autorização pelo Congresso Nacional.

— Não pode haver política exterior democrática, nacional e participativa sem a intervenção parlamentar no planejamento, execução e controle. É preciso equilibrar a necessária condução do processo pelo governo com a influência do Parlamento, representante do sentimento nacional.

Para elaborar a proposta, Requião inspirou-se na experiência



Requião inspirou-se na experiência dos Estados Unidos para apresentar proposta

dos Estados Unidos, em que o Legislativo tem grande poder no acompanhamento das negociações comerciais internacionais. Pelo relato do senador, o gover-

no daquele país dirige a política comercial exterior, mas o Legislativo a controla, respalda ou censura.

Nos EUA, segundo Requião, a legislação exige que o presidente consulte e mantenha o Congresso informado sobre as conversações bilaterais em curso, mesmo quando as negociações são conduzidas pelo mecanismo da chamada “via rápida” (*fast track*). O descumprimento de qualquer das normas pelo Executivo, continuou, pode gerar a aprovação de resoluções parlamentares que levem à desaprovção de acordos comerciais.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse acreditar que a modificação proposta por Requião poderá contribuir para melhorar a discussão dos acordos comerciais do país.

Marina insiste em projeto de responsabilidade social

A senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou o Senado a aprovar projeto de lei de sua autoria que introduz na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o critério de Responsabilidade Social na administração pública. O objetivo da proposta é garantir a aplicação de recursos em metas de desenvolvimento social, envolvendo principalmente os setores de saúde, educação, cultura, lazer, emprego e reforma agrária.

O projeto de Marina prevê a criação do Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e do Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS). Para a senadora, a Responsabilidade Social deve ser de todos, e a consciência em favor de melhores condições sociais no país deve prevalecer.

— Qualquer que seja nosso ponto na escala social, somos seres humanos. Essa é nossa força e nossa



Marina: consciência em favor de melhores condições deve prevalecer

fragilidade. Toda tentativa de negar a complexidade dessa nossa natureza, tentando transformá-la em puro cálculo, está condenada ao enfarto, à doença espiritual e mental. A ética, no fundo, é o reconhecimento da nossa humanidade acima do que é transitório — disse.

João Alberto celebra avanço no comércio

O senador João Alberto (PMDB-MA) comemorou os resultados obtidos pelo Brasil na rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Doha. Segundo ele, o Brasil saiu do encontro com reais perspectivas de melhores resultados comerciais nos próximos anos, em negociações com os Estados Unidos e a União Eu-



João Alberto vê melhores perspectivas nas negociações

ropéia, em questões como as exportações de produtos agrícolas, que já estão agendadas, apesar da forte resistência e do protecionismo praticado por alguns países ricos.

— Esse período promete ser de desafios, de forte embate de interesses particulares, de exaustivas conversações, de concessões e assunção de com-

promissos. Desafio maior caberá aos países emergentes, em particular ao Brasil, pela importância de suas potencialidades e pelo lugar que lhe cabe no contexto dos países que têm problemas para comercializar seus produtos. Nunca antes o Brasil assumiu postura tão decidida e clara como em Doha, uma posição de liderança, cujo espaço deverá continuar ocupando, pois desse comportamento depende o êxito do próprio desenvolvimento — concluiu o senador.

Quintanilha cobra recursos para estados

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) sugeriu um debate mais amplo sobre o processo orçamentário, para que o Executivo e o Parlamento encontrem fórmula que proporcione maior participação dos senadores e deputados nas questões orçamentárias, desde sua formulação até a execução. Para Quintanilha, tem havido redução nos recursos destinados a investimentos, devido à política econômica, mas é importante que os parlamentares definam programas e ações para ajudar estados e municípios.

— Os parlamentares, que conhecem de perto as prioridades das regiões que integram as suas bases eleitorais, podem dar uma importante contribuição na definição de programas e ações de governo. Os tecnocratas em seus gabinetes desconhecem a realidade dos municípios, vilas e aglomerados urbanos espalhados por esse imenso Brasil — afirmou.

SACRIFÍCIO

O projeto do Orçamento para 2002 encaminhado ao Congresso, segundo o senador, reflete os efeitos da política econômica do governo, centrada no controle da moeda e do câmbio, com exigência de superávit primário de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o que vem impondo “enorme sacrifício à população”, na medida em que reduz os recursos para investimento. Despesas com pagamento de pessoal, benefícios previdenciários, transferências legais e constitucionais também consomem praticamente toda a receita orçamentária, avaliou. Com a dedução das despesas de custeio da máquina federal, sobram pouco mais de R\$ 6 bilhões para investimentos. É em relação a esse valor que se dá a participação do Congresso.

Relator de uma das áreas temáticas do Orçamento para 2002 — a que trata dos setores de planejamento e desenvolvimento urbano —, Quintanilha disse constatar as gradativas reduções dos recursos.